

CONGRESSO/ Relatora do Caso Brazão votou a favor de rigor em ações contra seis bolsonaristas, mas, para salvar aliados, fez acordo em processo sobre Eduardo Bolsonaro

Histórico punitivo no Conselho de Ética

» EVANDRO ÉBOLI

Sorteada numa lista tríplice e depois escolhida a relatora da ação contra Chiquinho Brazão (sem partido -R) no Conselho de Ética, a deputada Jack Rocha (PT-ES) é titular do colegiado e assídua nas votações das representações por quebra de decoro parlamentar. Dos 23 casos apreciados desde o início da legislatura, em 2023, a petista esteve presente e votou em 18 deles.

Rocha, que votou a favor da manutenção da prisão de Brazão no plenário, se tornou a relatora do processo contra o parlamentar acusado de ser um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco, do PSol, após várias desistências. Antes dela, quatro deputados recusaram essa missão e renunciaram a essa possibilidade após terem seus nomes sorteados.

Designada relatora em 26 de abril, Jack tem 10 dias úteis para apresentar seu parecer preliminar pela aceitação ou não da acusação do PSol contra Chiquinho. Esse prazo vence em 13 de maio e a tendência, por suas posições no conselho, é de que a relatora seja favorável que o caso seja apurado.

No conselho, a petista se defrontou com nove casos contra parlamentares bolsonaristas e, em seis deles, foi favorável ao andamento dessas ações e, em outras, foi contra punições brandas, como meras censuras escritas ou verbais ao acusado de atentar contra o decoro.

A relatora do caso de Brazão votou contra arquivar o caso de Carla Zambelli (PL-SP), acusada de ofender um colega, Duarte Junior (PSB-MA), com o palavrão “vá toma no...”, numa audiência pública. A bolsonarista se livrou por 12 votos a favor do arquivamento, contra cinco, entre as quais Jack Rocha, pelo prosseguimento da ação.

No julgamento contra Nikolas Ferreira (PL-MG), acusado de transfobia em discurso que fez no plenário, no qual se apresen-

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Nós estamos efetivamente cansadas de ter que lidar com as gracinhas, com as ofensas e, muitas vezes, com os debates que são colocados de maneira irônica, mas que, dentro deste processo de ironias, contêm transfobia, racismo e violências sistemáticas”

Jack Rocha (PT-ES), deputada estadual

tou com uma peruca amarela na cabeça, a petista também foi votado vencido. Por 12 a 5, a maioria dos conselheiros decidiu aplicar apenas uma censura escrita ao parlamentar mineiro.

Jack Rocha tem posição crítica à exploração do argumento de que toda ofensa e ataque estão abarcados na imunidade parlamentar, que protege deputados e senadores. Numa das reuniões do conselho, Jack Rocha reagiu a essa justificativa, muito recorrente no Conselho de Ética, e fez um desabafo.

“Nós estamos efetivamente cansadas de ter que lidar com as gracinhas, com as ofensas e, muitas vezes, com os debates que são colocados de maneira irôni-

ca, mas que, dentro deste processo de ironias, contêm transfobia, racismo e violências sistemáticas. Se nós fizéssemos estas falas fora do plenário e não fôssemos deputados e deputadas, sem dúvida alguma, nós responderíamos na Justiça pelos nossos atos. Por mais que nós tenhamos imunidade parlamentar, não se justifica o fato de utilizarmos destes termos e das violências políticas para constranger e cometer outros tipos de crimes na condição de parlamentar desta casa”, afirmou.

No conselho, a deputada petista se posicionou contra aliviar as situações de outros três aliados de Jair Bolsonaro: Ricardo Salles (PL-SP), General Girão (PL-RN) e Abílio Brunini (PL-MT), que res-

pondeu a duas acusações nesses dois anos. Mas, em outros julgamentos, para salvar os mandatos de seis deputadas da esquerda, do PT e do PSol, que foram alvos do PL no conselho, foi preciso negociar e garantir um acordo da esquerda com a direita, que livrou até Eduardo Bolsonaro (PL-SP), acusado de ameaçar com agressão o petista Marcon (PT-RS), numa comissão da Câmara. Foi em setembro de 2023.

Por 12 a 1, o filho de Bolsonaro teve seu caso arquivado. Entre esses votos favoráveis estavam os de duas petistas, Jack Rocha e Ana Paula Lima (PT-SC). A relatora do caso Brazão justificou à época que se tratou de um “gesto político” para evitar o pior para as correligionárias da esquerda.

Ao todo, Rocha votou a favor de arquivar os casos de oito aliados — Juliana Cardoso (PT-SP), Fernanda Melchionna (PSol-RS), Sâmia Bonfim (PSol-SP), Erika Kokay (PT-DF), Márcio Jerri (PCdoB-MA), Marcon (PT-RS) e Lindbergh Farias (PT-RJ) —, e de outros dois bolsonaristas, José Medeiros (PL-MT) e Luciano Zucco (PL-RS).

Jefferson Rudy/Agência Senado



Nós respeitamos a última palavra do STF, seja ela qual for, mas isso não significa que o Judiciário possa, a partir disso, não reconhecer as dificuldades que têm os municípios”

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado

Pacheco foi mais duro nas críticas e, aos jornalistas, afirmou que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, em que Lula questiona a validade dos dispositivos da lei que envolvem a desoneração para as empresas e para as prefeituras, seria uma “vitória ilusória” e “precipitada”.

“No final das contas, ainda que (o governo) saia vitorioso numa decisão liminar ou numa decisão definitiva, acaba sendo uma vitória ilusória, porque resolve um ponto, mas gera uma crise de confiança na relação entre os Poderes para outros tantos temas que pressupõem uma relação de confiança — pelo menos da minha parte, sempre busquei externar e ensinar esse sentimento ao Poder

Executivo em relação aos comportamentos do Congresso Nacional”, apontou o senador.

O principal argumento do Planoalto é de que a lei não observou o que dispõe a Constituição quanto ao impacto orçamentário e financeiro. Porém, Pacheco argumentou que, além de ser um benefício que existe desde 2011, o próprio STF, em uma decisão anterior, não observou inconstitucionalidade no caso de que a medida fosse estendida, pois o impacto já estava na criação do benefício. “Um problema que, infelizmente, não se esgota nem se resolve com uma decisão judicial. O problema de dificuldade de caixa dos municípios continua a existir”, observou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Pacífico

Lula rouba a cena e faz do 1º de Maio um palanque eleitoral

Ontem, as comemorações oficiais do Primeiro de Maio no Brasil completaram 100 anos. O feriado nacional é fruto de um período conturbado na vida nacional, no começo dos anos 1920, quando a questão social ainda era tratada como caso de polícia, inclusive os sindicatos de trabalhadores, na República Velha, então presidida por Arthur Bernardes. Em 2022, houve a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista e a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, grande estopim do movimento tenentista, com eclosão de várias rebeliões militares: em 1923, a Revolta no Rio Grande do Sul, em 2024, a Revolta Paulista, a Revolta de Sergipe, a Comunidade de Manaus, a Campanha do Paraná, a Coluna Prestes; e, em 2026, a Coluna Relâmpago de Isidoro Dias Lopes.

Para acalmar os ânimos e apartar os trabalhadores do movimento tenentista, Bernardes instituiu o Dia do Trabalhador: “É considerado feriado nacional o dia 1º de maio, consagrado à confraternidade universal das classes operárias e à comemoração dos mártires do trabalho”. A data é comemorada em todo o mundo, desde 1889, quando a II Internacional Socialista estabeleceu o 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, para homenagear os mártires da greve de Chicago de 1886, que foi duramente reprimida.

Oito trabalhadores anarquistas foram acusados de conspiração, sete foram condenados à morte e outro a 15 anos de prisão. Um dos condenados à morte suicidou-se na prisão. Outros quatro foram enforcados. O 1º de maio de 1886 havia reunido milhares de trabalhadores em greve por “oito horas por dia sem cortes no pagamento” nos Estados Unidos. As manifestações atingiram Nova York, Detroit, Winsconsin e Chicago. À época, a jornada de trabalho dos norte-americanos era de 60 horas semanais, por seis dias na semana.

No Brasil, como em todos os países, o caráter em vigor das comemorações variou de acordo com a conjuntura. Com instituição da legislação trabalhista e do salário mínimo, o presidente Getúlio Vargas, durante a ditadura do Estado Novo, usou e abusou das comemorações para demonstrar apoio popular, principalmente dos trabalhadores urbanos. Em contrapartida, no seu governo constitucional, em 1953, enfrentou uma greve de 300 mil trabalhadores em São Paulo, entre os dias 25 de março e 23 de abril de 1953. À época, os trabalhadores conquistaram um aumento salarial de 32%, que foi comemorado no 1º de Maio daquele ano, no antigo Jóquei Clube da Mooca.

Outro 1º de Maio épico foi o de 1980, em São Bernardo do Campo, que se tornou uma grande manifestação contra o regime militar. Ocorreu quando a greve dos metalúrgicos do ABC estava no seu trigésimo dia, com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e de Diadema sob intervenção e com grande parte da sua direção cassada pelo regime militar, inclusive a principal liderança do movimento, Luiz Inácio Lula da Silva.

Faltou mobilização

Mais dramático foi o 1º de Maio de 1981. Na véspera, seria realizado um grande show no RioCentro, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, com a presença de artistas como Chico Buarque, Alceu Valença, Gonzaguinha e Gal Costa. O país acordou perplexo com a notícia de que um atentado à bomba durante o espetáculo somente não ocorreu porque um artefato explodiu no colo de um sargento do Exército, que morreu no ato, quando manuseava o explosivo, ao lado de um capitão que ficou gravemente ferido. Havia no veículo outra bomba, que não explodiu; uma terceira danificou a central de energia do local do evento, o que provocou um apagão. Cerca de 20 mil pessoas estavam no local.

Em vez de organizar uma comemoração à altura dos 100 anos de reconhecimento das lutas operárias e sindicais no Brasil, as centrais sindicais, lideradas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), nem se deram conta da efeméride e realizaram, ontem, um evento esvaaziado, no estádio do Corinthians, na Zona Leste de São Paulo, que virou mico. Presente ao encontro, Lula disse que o ato foi “mal convocado” pelas centrais sindicais.

Depois do pito público nos dirigentes das centrais sindicais, Lula resolveu fazer proselitismo eleitoral e pediu votos para Guilherme Boulos (PSol), pré-candidato à Prefeitura de São Paulo. Classificou as eleições paulistanas como “verdadeira guerra. Contra quem? O prefeito Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição, principalmente, e Tabata do Amaral (PSB), que tem o apoio do vice-presidente Geraldo Alckmin, que estava no palanque.

“Ele (Boulos) está disputando com o nosso adversário nacional, contra o nosso estadual, contra o nosso adversário municipal. Ele está enfrentando três adversários. E, por isso, quero dizer: Ninguém vai derrotar esse moço se vocês votarem no Boulos para prefeito nessas eleições”, disse Lula. A fala do petista foi um tiro no pé.

Não acrescentou um voto para Boulos. Constrangeu os aliados, provocou pronta reação do presidente do MDB, deputado Baleia Rossi, e descontentou a turma do PSB, partidos que integram a coalizão de governo. Além disso, abriu um questionamento sobre campanha antecipada, por parte do prefeito Ricardo Nunes e de outros candidatos. Para vencer as eleições, não basta a Boulos o “physique du rôle” de Lula, que já tem. Mas isso é assunto para outra coluna.

Pacheco convoca debate sobre dívidas de municípios

» ÁNDREA MALCHER

Após subir o tom contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela judicialização da lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para os 17 setores da economia e municípios até 2027, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que o plenário da Casa irá promover um debate temático no dia 13 de maio para tratar de questões municipalistas, como as dívidas das cidades, em particular aquelas no âmbito previdenciário, alvo de disputa entre o governo e os parlamentares.

“Nós respeitamos a última palavra do Supremo Tribunal Federal, seja ela qual for, mas isso não significa que o Poder Judiciário possa, a partir disso, não reconhecer as dificuldades que têm os municípios e não reconhecer as dificuldades que têm setores da economia, inclusive para poder definir a folha de pagamento deste mês, se é com base na folha de pagamento ou se é com base no faturamento, como ocorre desde 2011”, pontuou o senador, depois da aprovação da reformulação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

O Senado recorreu da decisão monocrática do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu os trechos da Lei 14.784 que prorrogam o período para redução

da alíquota de contribuição previdenciária dos setores produtivos de 20% para 1,5% a 4,5%, e para os municípios com população de até 142 mil habitantes sem programa próprio de Previdência Social, que foram beneficiados com a redução de 20% para 8%.

A Corte concordou, até o momento, com o entendimento de Zanin e o placar está em 5 votos a 0. O julgamento, que ocorre em plenário virtual, foi suspenso por um pedido de vista, ou seja, mais tempo para análise, do ministro Luiz Fux.

Segundo Pacheco, serão convidados para o debate representantes de entidades representativas, como a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). A iniciativa é vista por parlamentares ouvidos pelo **Correio** como uma oportunidade de demonstrar ao governo a posição das prefeituras. No plenário, o presidente do Congresso defendeu que, ainda que tenha obtido uma decisão liminar na Justiça, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva “não pode fechar o diálogo e dar as costas aos municípios brasileiros e a setores que geram emprego no Brasil”. Ele defendeu que o diálogo entre os Poderes é importante sempre, mas que é necessário também “a compreensão dos limites de cada Poder”.

Antes da sessão, no entanto,